



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### *ACTA N.º 51*

Sessão Extraordinária Dezembro

Reunião em 15/12/2016

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge Carvalho Arroteia, secretariado pela Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeiro Secretário e a Vogal Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Maria Leonor Nunes dos Reis, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Silvestre Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Miguel António Costa da Silva, Anabela de Almeida Saraiva, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Aida Isabel Pereira Tavares, Henrique da Rocha Vieira, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a Sessão Extraordinária.

Nesta sessão faltou, o Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite e os Vogais Mónica Filipa Cristovão Gomes, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, e Jorge Manuel do Nascimento.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Maria do Rosário Lopes Carvalho (chegou às 21:10), Carla Raquel Castro da Rocha Madureira (saiu às 21:00), Luís Miguel Capão Filipe, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Manuel Oliveira de Sousa (saiu às 21:00), e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Faltaram o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves e o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa.

De seguida, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Leonor

Nunes dos Reis, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Anabela de Almeida Saraiva, e Virgínia Maria Melo Matos.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta Sessão por Silvestre Paiva da Silva e Miguel António Costa da Silva, respectivamente.<sup>003</sup>

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Rui Miguel Bartolomeu Maio, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa em Exercício, leu a “*Ordem-do-Dia*” da Convocatória para esta Sessão Extraordinária.

### **Ponto Único – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia, para o ano 2017.**

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

### **Ponto Único – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia, para o ano 2017.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 07/12/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Continuando, o Presidente da Mesa em Exercício<sup>004</sup> deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

#### Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:<sup>005</sup>

*“Cumprimentar a Mesa, Caros colegas Vereadores, membros da Assembleia deputados, público presente. Muito rapidamente duas ou três notas sobre estes contratos interadministrativos que vamos celebrar com as Juntas de Freguesia.*

*Em dois apontamentos muito simples dizer aquilo que foi 2016 embora ainda não estejamos no último dia do ano, mas estamos já quase na fase final e depois uma perspectiva daquilo que se pretende para 2017.*

*Como é do conhecimento de todos, quando chegámos à Câmara Municipal tínhamos uma situação em que a Juntas em 2013 tinham um papel muito ativo relativamente a algumas das matéria que entretanto a Câmara foi assumindo como sendo ela que a tinha que fazer porque eram da sua responsabilidade. Por um conjunto de circunstâncias. Primeiro pela situação financeira em que a Câmara se encontrava, depois pela própria Juntas iniciarem um mandato em que também se tinham de se organizar naquilo que eram as suas competências e no fundo as suas responsabilidades. Nos primeiros dois anos por esse conjunto de circunstâncias a Câmara foi assumindo essas competências em 2014 e 2015. Num esforço muito grande porque embora as Juntas não tivessem*

*responsabilidades em muitas matérias foram essências e fundamentais no cumprimento daquilo que eram algumas das obrigações que todos tínhamos para com os cidadãos. E não posso deixar de referenciar isso aqui publicamente, sem exceção as Juntas fizeram muito mais do que aquilo que era as suas competências e de responsabilidade da Câmara. É bom não esquecer que para além dos constrangimentos financeiros que tínhamos, tivemos uma redução grande em termos do pessoal que tem mais a ver com as matérias que entretanto foram delegadas e que na sua maioria estavam afetos aos Serviços Urbanos. Nós, desde o final de 2013 e até à atual data, deixamos de ter cerca de 80 funcionários. Mas isso depois em termos práticos de facto foi uma dificuldade acrescida e tivemos que neste quadro fazer das “tripas coração” não só nós mas também as Juntas, para correspondermos naquilo que era no fundo a nossa intenção a nossa ambição e a nossa responsabilidade.*

*Em 2016, depois do Plano de Ajustamento Municipal ter sido apresentado, foi possível celebrar com as Juntas de Freguesia um contrato que, não sendo aquilo que nós pretendíamos todos, já foi um primeiro passo e já foi fundamental para iniciarmos um conjunto de procedimentos, agilizarmos um conjunto de processos, mas sobretudo avaliar se aquilo que estávamos a fazer fazia sentido e otimizarmos um conjunto de matérias que ao longo deste ano, neste segundo semestre de 2016, foi possível ver-mos.*

*Nesse sentido celebramos os contratos interadministrativos sobretudo em áreas dos serviços essenciais, dos serviços que tinham a ver com a salubridade pública e não podemos ir muito além disso. E já foi num esforço e forçando alguma coisa que conseguimos transferir verbas e no fundo cumprir esse propósito que nós tínhamos.*

*A avaliação que temos para que as Juntas pudessem ter alguma capacidade financeira, no fundo antecipamos de dois em dois meses o pagamento daquilo que era as tranches e depois os trabalhos seriam feitos nos meses seguintes.*

*Fizemos o pagamento de metade da dívida. Uma dívida que tinha sido originada num tempo em que como agora, qualquer despesa que se tem, tem de se alocar uma receita à despesa. Portanto aquilo foi um compromisso feito com as Juntas de freguesia e muitas executaram, muitas comprometeram-se, muitas responsabilizaram-se, e a Câmara por não ter isso muitas vezes com a responsabilidade do compromisso do seu pagamento causou alguns constrangimentos às Juntas. Nós, foi este modelo diferente que optamos e adotamos para ultrapassar essa questão.*

*O que nós temos a dizer da Câmara Municipal é que foi muito positivo o resultado daquilo que foi a cooperação embora tenhamos aqui outra área que temos de otimizar, sobretudo na cedência das máquinas, que era uma das áreas que tínhamos aqui identificada e estava protocolada para correspondermos às necessidades das Juntas, mas naquilo que foi as competências e os trabalhos das juntas devemos estar todos bastante satisfeitos. Aliás o resultado é visível. Todos foram para além daquilo que era expectável, para além do dinheiro que nós lhes transferimos. No fundo todos usaram os seus recursos porque entenderam que isto eram áreas importantes para a qualidade de vida dos seus cidadãos e reforçaram esse trabalho.*

*Portanto só temos que manifestar a nossa satisfação e no fundo esse reconhecimento às Juntas pelo trabalho que fizeram. E no fundo no cumprimento do plano que tínhamos estabelecido para 2016.*

*Neste sentido em 2017 ajustámos as áreas que tínhamos protocolado. A limpeza de valetas, os jardins e espaços verdes, a limpeza das bermas, passeios e requalificação dos caminhos rurais. E juntámos um conjunto de competências e que era já nossa intenção que estivessem consignados no primeiro contrato, mas não foi possível, considerando que o PAM não estaria aprovado. Quando o PAM estiver aprovado vamos acionar aquilo que são o protocolo e que tem a ver com os Parques Infantis, com a manutenção*

*de Toponímia e colocação de alguma toponímia que neste momento está em bastante falta no concelho. Também o tratamento de fontes, fontanários e tanques e a manutenção dos polidesportivos.*

*Para além destas tipologias que vamos incluir no contrato de 2017 ainda incluímos algumas ações específicas das Juntas como o já tínhamos feito em 2016 com o cemitério de Oliveirinha ou com a intervenção aqui dos quartos de banho da rua direita. Tiveram a sua intervenção, os trabalhos foram concluídos com bons resultados visíveis para todos e também aí as juntas souberam estar à altura e souberam cumprir a expectativa de todos nós.*

*Relativamente aquilo que está para 2017, pontualmente ficaram nos contratos, para além destas que eu já enumerei, que são transversais a todas as Juntas, só para dar aqui uma nota, temos as Piscinas do Carochó e o armazém da Junta de Aradas, temos a requalificação da sede da Junta de Cacia, temos um parque infantil para Eixo/Eirol, temos um parque infantil ou geriátrico para Esgueira, e uma intervenção no parque da Mina. Temos em Oliveirinha a Senhora da Guia que também precisa de intervenção na fonte, em Requeixo temos a construção do armazém da Junta, temos o parque de merendas em Mamodeiro. Em Santa Joana temos a intervenção no piso da sede da Junta, em São Bernardo temos um parque infantil, e em São Jacinto temos em desenvolvimento um projeto para o complexo desportivo em articulação com a Junta.*

*Dar só aqui uma nota de que nos parques infantis, devido ao entendimento que é tido na substituição de um parque infantil novo, enquanto na reconstrução ou tratamento dos parques infantis existentes é pacífico a nossa intervenção até porque temos em consideração a segurança das crianças, num parque infantil novo já começam a ter algumas situações de interpretação diferente. Portanto jogamos defensivamente nisso na expectativa que o Plano de Ajustamento Municipal entretanto possa vir aprovado e que a partir daí tenhamos a possibilidade de concretizar e efetivar com mais agilidade estes protocolos.*

*Vou dar nota que o valor nada em cima de um milhão e quatrocentos. Nós temos mais ou menos um milhão e quinhentos previstos para as competências com as Juntas, ficámos aqui com uma folga para alguns projetos que vão surgindo durante o ano e faremos uma reavaliação e também aqui temos alguma disponibilidade para alguma situação que surja possamos corresponder áquilo que são as expectativas das Juntas de Freguesia.*

*Naquilo que foram os serviços essenciais relativamente a 2016 o nosso fator, considerando que todas as juntas tiveram um trabalho intenso e profícuo naquilo que foi no fundo a sua atividade, nós utilizámos aqui um fator do ano, portanto daquilo que foi duas vezes o meio ano que utilizámos e mais 50% precisamente para tentar suprir algum custo que as Juntas elas próprias assumiram porque entenderam que era relevante. Para já fico-me por aqui. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[006](#)

*“Boa noite a todos. O Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade como elemento essencial à democracia. As tomadas de decisão e a sua concretização devem ser feitas pelo órgão democrático mais ajustado para esse âmbito. Nesta caso concreto faz sentido que algumas das competências em causa neste ponto sejam desenvolvidas pelas juntas de freguesia. As juntas de freguesia são o órgão democrático de maior proximidade dos cidadãos pela sua dimensão e também o deviam ser pelos seus mecanismos de escrutínio e participação. No entanto a delegação de competências que hoje é aqui discutida apresentam um conjunto de matéria com as quais discordamos.*

*Desde logo o seu enquadramento é no Fundo de Apoio Municipal. Recordamos que a adesão a esse fundo ainda não está consumada. Mas como as suas linhas políticas coincidem com o programa político do PSD e CDS, temos já os seus efeitos em Aveiro — impostos no máximo e o compromisso de que vão estar no máximo nas próximas duas décadas.*

*A presente delegação de competências apresenta outro problema que é a falta de um plano de financiamento plurianual. A delegação e o seu financiamento começou por ser de apenas seis meses. Agora há uma nova delegação eventualmente alargada a mais competências e por mais doze meses. A ausência de um plano plurianual não permite às juntas de freguesia definir estratégias de médio longo prazo para a prestação desses serviços públicos. Não permite opções como aquisição de alguns equipamentos essenciais de formação de pessoal técnico. Não prevê verbas para curtos períodos que garanta um melhor serviço e que a médio prazo se pagam a si próprios. Há ainda a questão da precariedade laboral que pode estar ainda afecta a estas delegações de competências de curta duração.*

*Sejamos claros. Concordamos que haja delegação de competências para as juntas de freguesia, mas é essencial um plano plurianual, nomeadamente no que diz respeito ao seu financiamento. É essencial por um bom serviço público, mas também por uma questão de democracia.*

*A delegação como está permite ao Presidente da Câmara Municipal obrigar os Presidentes de Junta a negociar consigo a transferências de verbas de seis em seis meses ou de doze em doze. É um mau princípio. As Juntas de freguesia são órgãos democraticamente eleitos, dotadas de autonomia. A relação entre órgãos Câmara e Junta, não deve ser pautado pela dependência, mas sim pela autonomia e transparência. Foi também um mau princípio que esta delegação de competência se tenha ficado pelos últimos dezoito meses de mandato. Tinha sido mais interessante se tivesse um programa para o mandato e não para vésperas de eleições. O Bloco de Esquerda concorda genericamente com esta delegação de competências nas juntas de freguesia desde que dotado de financiamento e autonomia.*

*Consideramos no entanto que a falta de um plano plurianual corrói em muito a presente delegação de competências.*

*Queria por fim colocar uma questão sobre os parques infantis que agora são alvo de delegação de competências. Questionada pelo Bloco de Esquerda a Câmara Municipal de Aveiro informou que dos 33 parques infantis que são da sua competência, zero estavam adaptados para crianças com deficiência. Para o Bloco esta é uma matéria da maior importância. Acreditamos aliás esta ser uma matéria consensual nesta assembleia pelo que é necessário resolver a falha do município. A Câmara Municipal informou na altura que iria até ao final deste ano de 2016 proceder à colocação de equipamentos adaptados em alguns parques infantis. Estando o ano a terminar, pergunto quantos parques estão agora adaptados a crianças com deficiência? E pergunto ainda se a delegação de competências teve em conta a adaptação destes parques infantis? Obrigado.”*

Vogal Henrique Rocha Vieira (JPA)<sup>007</sup>

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA)<sup>008</sup>

Vogal Aida Tavares (JPA)<sup>009</sup>

Vogal Miguel Rocha Silva (CDS)<sup>010</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)<sup>011</sup>



Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

*“Muito Obrigado. Antes de mais enaltecer a capacidade de diálogo e de ajustamento digamos de interesses e de objetivos de parte a parte. Porque houve esse entendimento e houve esse diálogo penso que ninguém pode aqui falar de que haja aqui juntas mais favorecidas umas que outras. Há sim é um ajustamento do que são as necessidades das juntas de freguesia e do que são as delegações de competências, na proporcionalidade daquilo que foi transmitido à Câmara Municipal. Aquilo que cada Presidente de Junta terá mostrado ao nível das suas preocupações. Ao nível das suas responsabilidades. E portanto tudo o que vá para além disso é má intenção de quem profere tal frase tal ideia. Queria também realçar que com esta delegação de competências a capacidade de resposta por um lado por parte das freguesias será maior, mas também por outro lado liberta a Câmara Municipal para o assumir de outras responsabilidades que só ela tem competência. Que só ela tem capacidade para resolver. Ao mesmo tempo isso significa maior rentabilização de recursos financeiros, humanos, e penso que isso se transforma numa mais-valia quer para as juntas quer para as câmaras municipais.*

*Quanto à oportunidade da decisão já aqui alguém abordou essa questão. É a altura certa! É altura em que a Câmara entende que tem capacidade para honrar esses compromissos com as juntas de freguesia e sabe que têm capacidade financeira logística ao nível de equipamentos para honrar e portanto é esta de facto o momento para tomar a decisão. E lembrar também que as juntas de freguesia pela sua relação de maior proximidade com os cidadãos para poderem honrar as suas responsabilidades têm de ser dotadas de meios, de competências, capacidade real de execução, e de facto esta delegação de competências é uma boa decisão por parte quer das Juntas de Freguesia quer da Câmara Municipal e tem com toda a certeza todo o nosso apoio.”*

Vogal João Barbosa (PS)[013](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[014](#)

Vogal João Barbosa (PS)[015](#)

Vogal Anselmo Castro (PS)[016](#)

Vogal António Costeira (PS)[017](#)

Vogal Carlos Morgado (PS)[018](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)[019](#)

Vogal Ângelo Almeida (PPD/PSD)[020](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[021](#)

Vogal Vitor Oliveira (PPD/PSD)[022](#)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

*“Apenas umas notas breves. Dizer que os senhores presidentes de junta que intervieram neste debate provaram algumas coisas que são muito importantes. E o primeiro é que o princípio da subsidiariedade que a nossa estimada colega Virgínia defendeu, está defendido. Não é! Está aplicado.*

*Segundo provaram que existe vontade de diálogo por parte da Câmara Municipal e do seu Executivo e que essa vontade é correspondida do lado das juntas de freguesia, numa atitude de respeito mútuo que é muito importante para defender os interesses dos cidadãos.*

*Terceiro provou-se também que houve participação de todos os presidentes de junta neste processo e que portanto eventuais acusações de favorecimento são inaceitáveis, porque toda a gente participou na discussão que foi alargada e que foi muito participada.*

*E por último, dizer que esta Câmara não só promove a delegação de competências como cumpre os compromissos financeiros que daí resultam. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:<sup>024</sup>

*“Muito obrigado. Vou ser breve mas não posso aqui deixar de tocar em duas ou três situações que aqui foram referenciadas, algumas carecem de esclarecimento outras apenas reforçar aquilo que já disse e que penso ter sido claro naquilo que afirmei.*

*E a primeira nota vai para esta questão dos “favorecimentos” ou de que ficou aquém daquilo que era a expectativa ou aquém daquilo que precisavam. E esta questões não se resolvem nem com deliberações nem com determinações, nem com leis nem com diplomas. Estas situações constroem-se com transparência e não há dúvida nenhuma de que fomos transparentes desde a primeira hora. Não é desde agora!? É desde o primeiro dia que aqui estamos. Dissemos sempre às pessoas o estado das coisas, dissemos aquilo que podíamos fazer, dissemos aquilo que podíamos e queríamos fazer e percorremos um caminho que nos permitiu levar aquilo que nos fomos comprometendo.*

*Depois fomos sempre honestos com as pessoas. Com todos os presidentes de junta sem exceção. Dissemos-lhe sempre a verdade. E verdade se era penosa e difícil para eles era muito mais para nós. Porque ninguém está em pior situação que a Câmara. As pessoas que agora falam nas coisas, são as mesmas que contribuíram decisivamente para que a situação chegasse a este estado. Só que até hoje não perceberam como é que aconteceu!? Pois não. Mas nós percebemos. Percebemos muito rapidamente e felizmente tomámos medidas para ultrapassar. E depois fomos coerentes. Fomos sempre coerentes naquilo que queríamos fazer e naquilo que era preciso fazer. Não andámos aqui a mudar de rumo. Definimos aquilo que eram as nossas prioridades e em termos das delegações de competências e que nos interessava a nós que as juntas fizessem porque tinham com maior proximidade, com maior capacidade de intervenção, mais rapidez e também aquilo que às juntas elas tinham mais capacidade e em termos de recursos humanos, para passarem a responder àquilo que era as necessidades de todos.*

*Depois fomos credíveis e cumprimos com aquilo que nos comprometemos sempre. O Senhor Presidente da Junta de Eixo afirmou que eu aqui louvei o trabalho dos presidentes de junta. De facto eu não louvei. Apenas reconheci e o agradecimento não incomoda ninguém é um acto de gratidão. É um acto civilizacional natural. Mas dizer ao João Carlos que não há melhor prova de reconhecimento de lealdade do que antes de começarmos a fazer, e o senhor presidente da câmara tem a quota-parte grande de responsabilidade, antes de começarmos a cumprir, nós e vocês, antes de começar, vocês tiveram o dinheiro disponível para fazerem.*

*Portanto não há nada melhor, não há gesto nenhum melhor, que no momento em que no momento em que nós nos comprometemos com alguém, quase em branco dizer está aqui, façam que nós acreditamos em vocês. Não foi hoje que reconhecemos, reconhecimento esse que está desde o primeiro dia e foi efetivada desde o momento em que nos foi possível e como sempre o dissemos de o fazer.*

*Deixar aqui também uma nota relativamente ao humor da Aida e das competências. De facto houve aqui algumas contradições naquilo que a Aida Tavares disse. Ela disse que está tudo delegado na lei e se está delegado as juntas já poderiam fazer sem o nosso dinheiro. Nós quisemos e entendemos que também nessas matérias que as Juntas têm algumas responsabilidades. Nós devíamos ir mais além. É por isso que quando se diz que o dinheiro é pouco, dizemos que nós tanto podemos limpar as ruas todas as semanas, todas os meses, de dois em dois meses, seis em seis meses. Compete aos Senhores Presidentes de Junta e a nós analisar quantas vezes é que lá temos que ir. Se for preciso*

*ir lá três vezes no mês, devemos lá ir três vezes no mês. Há situações que chove mais as ervas crescem mais, há situações em que chove menos as ervas crescem menos — e há situações em que não chove e temos de regar. Mas isto são as circunstâncias e é o tempo que nos ajuda ou nos desfavorece e temos que ter capacidade para nos adaptar.*

*Relativamente às disponibilidades das máquinas referidas pelo João Carlos, dizer que não vou pincelar aqui um quadro, dizer apenas que o modelo vai ser mais ou menos o mesmo. Vamos ter flexibilidade para corresponder sempre na expectativa. Aqui nas margens do rio Vouga (e agradeço a intervenção do presidente Casimiro) o que é facto é que temos de arranjar as margens para não andar lá sempre e ter trabalhos todos os anos a reparar. Temos é de ter soluções definitivas e eficazes para que de facto sejam resolvidos os problemas e não haver aqui desperdícios.*

*Relativamente à Virgínia Matos e aos parques infantis, eu também o disse na intervenção, mais eu sei que a Virgínia vem com a intervenção escrita e depois estar a retirar aqui partes é difícil e leu o discurso todo até ao final. Relativamente aos parques infantis há aqui duas situações. Aquilo que é a reparação dos parques é pacífico, nós repararmos. Aquilo que é a construção ou upgrades daquilo que são os parques instalados, temos, como não é uma situação de necessidade, não é uma situação de salubridade, não é uma situação de urgência, é algo que nós vamos fazer de novo. É por isso é que nesta delegação de competências há coisas que são pacíficas e há coisas que a justificação para as fazermos carece de mais algum conforto em termos da nossa decisão. Portanto aquilo que são as reparações dos parques, nós estamos a fazer, vamos continuar a fazer para quando entregarmos isso às juntas eles estarem todos bem, aqueles que existem.*

*Relativamente à implementação de alguns novos e desses upgrades relativamente às pessoas como mobilidade reduzida também estaremos atentos e no momento certo também partilharemos esse trabalho e corresponderemos aquilo que é o nosso interesse e a nossa perspectiva. Obrigado.*

#### Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:<sup>025</sup>

*“O Senhor Presidente de exercício de certeza que se esqueceu de responder àquela pergunta que eu fiz, que era se o contrato que se faz agora é pela totalidade ou se fica em standby até que seja aprovado o PAM?”*

#### Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:<sup>026</sup>

*“Eu não o citei, mas quando respondi aqui para a deputada Virgínia Matos relativamente aos parques infantis, isso aplica-se a esta parte toda que está aqui na parte final da delegação de competências. É a mesma coisa. Aquilo que é a delegação de competências nas tipologias que já fizemos é pacífico e estão perfeitamente assumidas. Aquilo que são as novas tipologias “manutenção de parques infantis, manutenção de toponímia, os fontanários e tanques e os polidesportivos” será no momento em que o FAM estiver aprovado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:<sup>027</sup>

*“Uma coisa muito simples. Eu pensava que metade do tempo chegava para discutir este assunto porque os entendo pacífico. E surgiram aqui algumas questões que criaram algumas dúvidas não intencionais, não quero dizer isso, mas está tudo muito claro. E disse-o na minha intervenção e reafirmo que isto partiu de uma proposta da Câmara com*



*as Juntas, conjunta, honestíssima, frontal, com a presença de todos e que nós em pouco mais de meia hora resolvemos o problema.*

*Portanto é uma proposta excelente. A Câmara chamou as juntas e começou a delegações de competências quanto teve condições económicas e legais para o fazer. Fê-lo quando era de facto possível e de registar aquilo que o senhor vice-presidente disse agora e que é o motivo desta minha intervenção. No início do trimestre as Juntas têm dinheiro, têm plafond para trabalhar e para executar trabalhos e isso é muito bom.*

*Por muita consideração que eu tenho tido por presidentes anteriores (que as tive) a verdade é que a gente nunca sabia quando tinha o dinheiro. Essa verdade tem de se dizer.*

*Temos de ser claros. As juntas nunca sabiam quando é que tinham dinheiro, quando é que recebiam mil euros ou cinco mil. E algumas juntas como é o caso do Casimiro tinham 200 mil euros para receber. Eu não tinha nada disso, tinha uma importância pequena, mas sentia a necessidade de receber o dinheiro e nunca se sabia.*

*Portanto esta delegação de competências veio quando veio. Não veio no início do mandato como eu gostaria, mas o Senhor Presidente na altura explicou. Vieram agora certinhas e realmente todos nós gostamos que assim devem ser as delegações de competências. Assumimo-las, vamos executá-las, já demos provas de que somos capazes de o fazer. Temos dinheiro à cabeça. Isso é muito importante. Era isto.”*

#### Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:[028](#)

*“Senhor Presidente, se me permitir, é apenas aqui ficar feliz comigo próprio porque também não desonrei ninguém. Acho que as pessoas que aqui estão têm uma capacidade para ultrapassar algum momento menos correto da nossa parte, mas fico feliz também comigo relativamente a isso.*

*Relativamente ao ano, desejo a todos aquilo que desejo para mim a todos, sucesso, saúde, sorte e que sejamos felizes que o ano próximo seja melhor que este. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício, colocou à votação**[029](#) **o Ponto Único – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia, para o ano 2017, sendo o mesmo aprovado por maioria qualificada, com vinte oito votos a favor (PSD12+CDS6+PS6+PCP1+JPA3), uma abstenção (BE1) e zero votos contra.**

Seguiu-se a declaração de voto do Vogal:

Vogal Filipe Guerra (PCP):[030](#)

*“O PCP considera, como considerou no passado e continuará a considerar no futuro, desde logo daquilo que é os Comandos constitucionais sobre matéria do Poder Local, a necessidade de defesa e valorização daquilo que é portanto o papel das juntas de freguesia do mapa do poder local no nosso país.*

*Sobre esta matéria sublinhamos a intenção do PCP até ao final desta legislatura fazer reverter o processo da legislatura anterior que visou o fim de diversas freguesias. É nossa intenção reconstituir o anterior mapa de freguesias.*

*Sobre a matéria votada neste ponto específico em relação às delegações de competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de freguesia do município, nós da nossa*

*parte consideramos que há um movimento positivo nesse sentido e, portanto, votámos favoravelmente.*

*Mas também consideramos que, este movimento poderia ter sido mais ambicioso e ter dotado as juntas de mais competências e de uma atribuição financeira eventualmente um pouco mais vantajosa. Ainda assim e não obstante, considerando e tendo em conta aquilo que foi aqui revelado neste debate por parte dos senhores presidentes de junta de freguesia, atendendo àquilo que terá sido uma negociação realizada num quadro de boa-fé e em que todos chegaram acordo, nós da nossa parte não poderíamos obstaculizar tal situação. Não obstante, e sublinhando aquilo que no nosso entender seria necessário e seria positivo, uma demonstração de confiança e ir um pouco mais aquém do ponto de vista daquilo que foi feito na delegação de competências. Tenho dito.”*

**De seguida o Presidente da Mesa<sup>031</sup> da Assembleia em Exercício, colocou à consideração do Plenário a apresentação de um voto de Pesar pelo falecimento de José Nuno Laranjeiro Fernandes Medeiro Greno, filho do deputado nesta Assembleia, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno (ex-vereador do município), do seguinte teor:<sup>032</sup>**

*«A Mesa vem propor um Voto de Pesar pelo falecimento do jovem Nuno Greno, filho do deputado e ex-vereador do nosso município Jorge Greno. Esta Assembleia associa-se ao sentimento de pesar e dor da família e amigos.»*

**Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa em Exercício, informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

**Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,<sup>034</sup> não se verificando pedidos de intervenção.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Continuando, o presidente da Mesa em Exercício, deu por encerrada a Sessão Extraordinária em Dezembro.**

**Eram 22:00 horas do dia 15 de Dezembro de 2016.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(01:30)